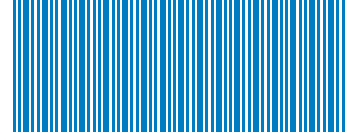


Editorial

A escola geralmente é o primeiro espaço de convívio social intenso de uma criança. Saída de seu núcleo familiar, no qual já transita com relativa autonomia e segurança, é na escola que surgirão as primeiras diferenças, sejam elas de classe social, de valores, de personalidade ou de desempenho intelectual e físico. É no ambiente escolar que também surgirão as primeiras surpresas acerca da riqueza de possibilidades de expressão que a escrita nos oferece e o professor, precisará usar todo seu empenho profissional e o conhecimento adquirido no período de formação para propor atividades e reflexões com as quais seus alunos se sintam cada vez mais estimulados a avançar. E se estímulos não faltam aos alunos, na maioria das vezes eles são de outra natureza: são convites à dispersão, à multiplicidade de focos de atenção e de tarefas que invadiram nossas mesas de trabalho ou de estudo desde o surgimento dos primeiros computadores pessoais, que depois assumiram outros formatos, como celulares e *tablets*. Se não é possível “ser contra” a tecnologia, que também é instrumento de transformação, o espaço da sala de aula precisa oferecer outro tipo de estímulo: o pedagógico.

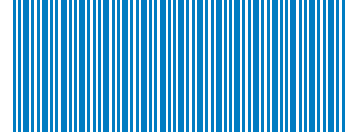
Vários desses desafios educacionais alinhados no primeiro parágrafo estão presentes em mais esta edição da *Revista Veras*, adentrando seu quarto ano de existência. Começamos pela contribuição de Vanessa Fagionato Vicentin e Maria Isabel da Silva Leme, *Resolução de conflitos: sentimentos e justificativas de adolescentes*. Nesse artigo, as autoras estabelecem os três caminhos que se abrem a partir de qualquer conflito de natureza interpessoal: a saída agressiva, a fuga (ou aceitação) submissa ou a postura assertiva, a mais indicada, mas que implica em “operações de reciprocidade e síntese entre contrários”, como afirmam as autoras. Aprender como funciona essa reciprocidade sem perder de vista a consciência dos próprios direitos requer uma operação mais sutil, de descentração, para que a criança (ou o jovem) consiga se colocar, por um momento, sob o ponto de vista contrário – ou divergente – do seu. A pesquisa de campo, realizada em uma escola pública de Campinas, revelaria que pouco mais de 5% dos alunos apresentam respostas compatíveis com essa



terceira atitude, chamada pelas pesquisadoras de assertiva. Sustentando que “o ambiente escolar pode ajudar a encontrar caminhos para a busca de uma sociedade justa”, as autoras constataram que, para a maioria entrevistada, a reação ao conflito não escapa do binômio domínio-submissão, ignorando a via da negociação das diferenças em torno da assertividade dos direitos de cada parte de qualquer conflito.

Outro tipo de conflito, este mais latente, acontece em relação à própria natureza e objetivo da escola: a instituição escolar funcionaria como um mecanismo de dominação cultural e ideológica ou traria, nela mesma, o germe da transformação do homem, por meio do desenvolvimento pleno das capacidades humanas? Ou seja, a escola é à favor do *status quo* (como defendem aqueles teóricos vinculados à teoria da reprodução) ou deve se colocar em postura crítica em relação a ele (como querem aqueles ligados à teoria da resistência)? A pesquisadora Fernanda Quatorze Voltas Saul apresenta o embate entre essas duas posturas antagônicas em seu artigo *A Educação no pensamento de Karl Marx*, salientando o que já foi observado pelo educador Paulo Freire, vinculado à teoria da resistência: a escola não é um ambiente neutro e, se um educador crítico não deve acreditar que pode transformar o país a partir de sua sala de aula, “pode demonstrar que é possível mudar”, o que significa assumir o papel protagonista de criar cidadãos mais conscientes de seus direitos e menos passivos diante da situação dada.

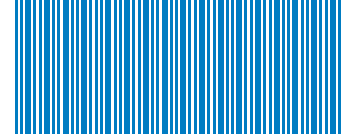
Outra realidade que precisa ser enfrentada no ambiente escolar, e para a qual a *Revista Veras* vem contribuindo com reflexões desde seu volume inicial, é a necessidade de a escola brasileira ser mais inclusiva – e com qualidade, não apenas adequando suas instalações. Segundo o Censo Demográfico 2010 – Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência (IBGE, 2010), cerca de 24% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência mental, motora, visual ou auditiva. O mesmo levantamento apontou que, se 95% das crianças com deficiência se encontram na escola, o desafio se apresenta na qualidade dessa inclusão. Mais de 60% dos jovens com 15 anos ou mais têm apenas o ensino fundamental incompleto, enquanto que entre aqueles que não apresentam nenhuma deficiência essa taxa é de 38%. Ou seja, boa parte dos alunos com deficiência que entram na escola não conseguem completar o ciclo básico, nem ingressar no ensino superior, candidatando-se a níveis de remuneração mais



elevados. Para abordar a qualidade pedagógica da inclusão, Ariane Martins dos Santos e Maria do Rosário de Fátima Rodrigues realizaram uma pesquisa descritiva com L.B.A., um jovem deficiente visual de 13 anos estudante de escola pública, e seus professores. O resultado pode ser conferido no artigo *Métodos e procedimentos utilizados na educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Sua leitura é instrutiva para mostrar como poucos docentes se encontram preparados para assumir tal empreitada sem negligenciar os demais alunos nem as necessidades específicas de cada caso, desconhecendo processos já consagrados em muitos países com práticas de educação inclusiva.

Também aborda a necessidade de melhorias na formação docente o artigo que se segue nesta edição, *Formação inicial de professores e projetos integradores do curso de pedagogia: desafios e possibilidades*, de Regina Lúcia Giffoni Luz de Brito e Marilice Pereira Ruiz do Amaral Mello. A partir de uma proposta de mudança curricular do Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas, as autoras refletem sobre os benefícios advindos do emprego da metodologia de Projetos Integradores, sobretudo para os professores que lecionarão na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental. Na opinião das autoras, tais projetos representam “um componente curricular inovador e de fundamental importância na formação dos envolvidos no processo educacional”.

Outro aspecto fundamental na formação do profissional de educação diz respeito à condição de aprendiz, ou de estagiário, na qual o futuro docente, amparado por um colega mais experiente, dá seus primeiros passos como candidato a mestre. Assim, o artigo *Reflexões sobre a participação de um aprendiz em uma Comunidade de Prática*, de Marcos César Polifemi, analisa, qualitativa e quantitativamente, a participação em ambiente virtual do aprendiz Jr. em um curso de formação continuada. Em seu estudo de caso, o autor se detém sobre as estratégias de aproximação e de validação usadas pelo aprendiz diante dos demais participantes, todos mais velhos, experientes e em posição hierarquicamente superior à sua. Os dilemas vividos pelo aprendiz Jr. se encaixariam, certamente, na vida de qualquer candidato a professor em seu último ano de graduação, com suas dúvidas em relação à postura mais adequada, seja diante da comunidade docente ou discente.



Por fim, encerra os artigos desta edição uma reflexão de Clarice Krohling Kunsch sobre as agendas lotadas de crianças no estrato social mais elevado da população estudantil. Seu artigo, *Excesso de atividades, consumo e superproteção: possíveis fatores de tédio em crianças*, cerca o problema de vários lados, entrevistando 30 crianças, 14 mães ou responsáveis, além dos professores de uma escola privada internacional de São Paulo. Refletindo sobre o processo que chama de “adultização” da infância, no qual crianças pequenas são estimuladas pelos próprios pais e, muitas vezes, pela escola, a abandonar o brincar em troca da aprendizagem sistemática buscando uma hipotética (e duvidosa) condição de saída mais competitiva, o artigo identifica três principais vertentes pelas quais muitas crianças, especialmente as de classe média alta e alta, veem escorrer, entre seus dedos, os dias de uma infância que poderia ser menos “adulta”: excesso de atividades, consumismo e superproteção. O resultado dessa trindade pode ser o tédio, um sentimento que a autora avalia como incomum entre crianças, mas que tende a se tornar cada vez mais presente nas queixas de pais que parecem ter se esquecido de que a própria infância vivida por eles foi diferente da sucessão de compromissos na agenda, da miríade de produtos e do excesso de vigilância aos quais submetem seus filhos.

Há, também, uma oportuna reflexão de Claudia Stefaneli e Carlos Pires na resenha que ambos apresentam do livro *História Meio ao Contrário*, da escritora Ana Maria Machado, na qual as estratégias literárias da autora refletem o momento político à época de sua criação, a ditadura iniciada em 1964.

Boa leitura!

Renata Lopes Costa Prado e Ricardo Prado (Editores)

Magdalena Viggiani Jalbut (Coordenadora do Instituto Superior de Educação Vera Cruz)

